

---

# Castelo de Castelo Branco (1979–1984 e 2000): síntese dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos e principais conclusões<sup>1</sup>

CARLOS BOAVIDA\*

## R E S U M O

No Inverno de 1979, um aluimento de terras no adro da Igreja de Santa Maria (Castelo Branco, Portugal) colocou à vista diversos vestígios do passado. Organizou-se então uma intervenção arqueológica, que decorreu ao longo de seis campanhas, entre 1979 e 1984. Segue-se uma síntese dos trabalhos desenvolvidos nessa época, tal como os de uma sondagem arqueológica levada a cabo em 2000. Dão-se a conhecer igualmente alguns dos materiais recolhidos, até agora inéditos em depósito, assim como as principais conclusões da sua análise.

## A B S T R A C T

In the winter of 1979, a landslide at the churchyard of Santa Maria (Castelo Branco, Portugal) exposed several artefacts of the past. An archaeological intervention was organized, for six seasons, from 1979 to 1984. We summarize the outcomes of those interventions and another one of 2000. We also share the main conclusions of the analysis of some heretofore unpublished artefacts.

### 1. Contextualização histórica

Apesar dos trabalhos arqueológicos levados a cabo na região albicastrense, entre outros, por Francisco Tavares Proença Júnior, pouco se sabe sobre a ocupação do espaço da actual cidade de Castelo Branco antes da Reconquista. Embora tenham sido recolhidos diversos vestígios de época romana, nomeadamente epigráficos (Garcia, 1979; Leitão, 1994, pp. 27–29; Salvado, 2002), a maioria foram identificados fora do seu contexto original.

Eventualmente neste local, ou nas suas proximidades, estaria a intercepção de dois caminhos, um vindo de norte, da região da Serra da Estrela, e outro vindo de leste, da Egitânia, o principal núcleo urbano da Beira Interior naquele tempo. Estes dois percursos integrariam a rede secundária à via *Bracara Augusta - Emerita* (Alarcão, 2002, pp. 102–104; Marques, 1993, pp. 168–170). Este encontro, de acordo com João de Almeida, terá motivado a construção de uma torre de vigilância no alto do cerro da Cardosa, não só para controlo da via, mas também da resistência existente a norte, nos Montes Hermínios (Almeida, 1945, pp. 397–398). Existiria então, entre o Cerro da Cardosa e o

Monte de São Martinho (a sul), uma pequena comunidade da qual restam vários vestígios (Proença, 1903, 1910; Cristóvão, 2004).

Com a queda do Império, o aumento da insegurança levou essa comunidade a refugiar-se no cume da Cardoso, pela sua facilidade de defesa, mas também pelo controlo visual de todo o planalto envolvente, fixando-se eventualmente junto à possível torre de vigilância existente. Ao mesmo tempo, a difusão do Cristianismo no espaço ibérico encontrava-se bastante avançada, o que terá levado à criação de diversos templos junto das comunidades rurais.

Todo este território, por altura da ocupação visigótica, integrava a diocese da Egitânia. A mesma era constituída por duas outras paróquias, além da sua sede: Monecipio e Francos; esta última corresponderia à que incluiria a comunidade da Cardoso, embora não se saiba se essa seria a sede da mesma (Alarcão & Imperial, 1996, p. 43).

Durante a Alta Idade Média houve uma previvência das vias de comunicação. No entanto, no período islâmico terá surgido uma nova via, ao longo do curso do rio Tejo, associada ao movimento dos almocreves (Marques, 1996, pp. 487–492). Durante a permanência das comunidades magrebinas terá existido uma grande tolerância religiosa; se por um lado os colonos eram de origem berbere e pouco islamizados, por outro, a posição periférica da região em relação ao poder central possibilitou uma certa autonomia das populações. Por esse motivo não se verificaram atitudes repressoras em relação à religiosidade das comunidades locais (Cardoso, 1953, pp. 24–25), situação também evidenciada pela presença de vários topónimos de origem moçárabe na região (Marques, 1993, pp. 138–143, 192–205; Real, 1995, p. 42).

Com o avanço da Reconquista, o termo da antiga Egitânia foi doado à Ordem do Templo por D. Afonso Henriques, em 1165 (Oliveira, 2003, p. 207; Nunes, 2003, p. 21; Capelo, 2007, pp. 181–182). Esta, devido a diversas vicissitudes não pôde ocupar efectivamente esse vasto território. Por esse motivo, progressivamente, as áreas alvo de doação foram sendo subtraídas a esse espaço, primeiro a Herdade de Açafa e depois a Herdade da Cardoso. Porém, quando os templários tomaram posse efectiva desta última, já existia uma comunidade aí instalada, na designada Granja do Castelo. Em 1210, o seu donatário, Fernão Sanches, doou à Ordem o termo da Cardoso, mas reservou para si, até à sua morte, a alcaidaria da povoação existente, Vila Franca da Cardoso (Castelo Branco, 1961, p. 1; Oliveira, 2003, p. 16). A norte existia também a Granja de Mércules, onde ficaria outra povoação, Moncarche, que começou a prosperar logo após o domínio templário (Martins, 1979a, p. 7; Duarte, 1996, p. 59). Assim, em 1214, D. Afonso II confirmou a doação da Cardoso e em 1215, Frei D. Pedro Alvito, 11.º Mestre do Templo, deu foral a Castelo Branco de Moncarchino (Martins, 1979a, p. 7; Duarte, 1996, pp. 59–62; Capelo, 2007, pp. 193–195), sediando ali a Ordem até à sua extinção em 1314 (Castelo Branco, 1961, p. 2; Oliveira, 2003, p. 32).

A instabilidade fronteiriça obrigou à construção de um castelo e respectivas muralhas para protecção da população aí existente. Em 1229, começou a ser edificado, no interior daquele, a residência dos Alcaides, comendadores da Ordem do Templo. No mesmo espaço foi erguida também, eventualmente sobre as ruínas de um templo de origem moçárabe, a Igreja de Santa Maria (Cardoso, 1953, pp. 24–25).

Durante o reinado de D. Afonso IV, este ordenou a ampliação das muralhas de Castelo Branco e Nisa, uma vez que já não tinham capacidade para albergar toda a comunidade que entretanto se tinha fixado em torno das fortalezas existentes (Gonçalves, 1965, pp. 6–8). Essa reestruturação do espaço murado poderá ter levado à construção da torre de menagem poligonal, com a sua praça de armas, que séculos mais tarde foi representada nos debuxos do Livro das Fortalezas. Por essa altura, também o Palácio dos Comendadores tinha sido reestruturado, mostrando um alpendre porticado em *loggja*. Nas imagens daquele livro surge o aglomerado populacional, rodeado por uma muralha

com várias portas, precedida por barbacã mandada construir cerca de 1490 pelo futuro rei D. Manuel I, enquanto Grão-Mestre da Ordem de Cristo (Gomes, 2001, p. 69). Na parte baixa, desenvolviam-se novos espaços urbanos, associados na sua maioria a edifícios religiosos e a oficinas profissionais, como os arrabaldes de São Miguel, São Sebastião, Corredora, oleiros e açougues (Nunes, 2002, p. 59). É igualmente na obra de Duarte d'Armas que consta a primeira planta do complexo da alcáçova.

No final do século XV, tal como noutras localidades raianas, também em Castelo Branco se verificou um aumento populacional provocado pela entrada de judeus e mouriscos, expulsos de Castela em 1493. A estas comunidades foi imposta, em 1498, a conversão ao Cristianismo, caso contrário seriam obrigadas a abandonar o reino de Portugal (Dias, 1998, pp. 48–49). Em 1510, D. Manuel renovou o foral da vila, que durante a reorganização administrativa de 1532–1536, já no reinado de D. João III, se tornou cabeça de comarca e foi elevada a vila notável em 1535 (Dias, 1998, p. 35).

No entanto, este dinamismo florescente sofreu diversos reveses a partir do século XVII. A vila foi saqueada entre 1646 e 1648 durante as Guerras da Restauração. Foi novamente sitiada no âmbito das guerras da Sucessão Espanhola (1704) e dos Sete Anos (1762) (Oliveira, 2003, p. 31). A alcáçova e a Igreja de Santa Maria foram consecutivamente atacadas (Silva, 1998a, pp. 25).

Apesar disso, a vila sobreviveu e readquiriu importância quando foi elevada a cidade e a sede de diocese (1770–1771). Além de serem construídos novos palácios na zona baixa da urbe, fora de portas, a Igreja de São Miguel, designada Sé-Episcopal, foi ampliada e reformada (Conceição, 2004), assim como a quinta de recreio do Bispo da Guarda, que se tornou Paço Episcopal (Silva, 1998b, pp. 6–7).

Durante a Invasão Francesa de 1807, Castelo Branco foi local de escala do exército de Junot, tendo sido saqueada durante vários dias. A Igreja de Santa Maria entretanto reconstruída foi novamente arrasada, passando o culto para a capela de São Brás situada nas proximidades (Oliveira, 2003, p. 31).

Após a Guerra Civil que se seguiu à Guerra Peninsular, os poderes locais autorizaram a população a reutilizar os materiais construtivos do castelo, palácio e muralhas da vila, símbolos do poder absolutista até aí vigente, que foram assim progressivamente desmontados. Esta realidade terá afectado igualmente o pelourinho (Dias, 1935, pp. 39–42). Na sequência da extinção das ordens religiosas, decretada em 1834, várias ermidas e capelas foram igualmente desmanteladas (Oliveira, 2003, pp. 42–50). Esta situação foi agravada pela extinção do bispado em 1881, por breve apostólico do papa Leão XIII.

Actualmente na alcáçova subsiste a Igreja de Santa Maria, a norte da qual se encontra um pano de muralha onde se integram duas das torres da velha fortaleza. No espaço entre estas, sobre um aterro criado em 1867, foi construída uma escola, hoje encerrada, depois de utilizada para diversos fins. Da cerca da vila existem ainda vários troços que se confundem com a malha urbana, nomeadamente na parte baixa da antiga vila.

## 2. Arqueologia no Castelo de Castelo Branco<sup>2</sup>

Apesar de vários autores afirmarem que a fixação humana no local terá origem romana ou mesmo anterior, são poucos os dados concretos que confirmem esse facto, embora ao longo do século XX tenham sido recolhidos diversos materiais dispersos e descontextualizados, alguns deles dentro daquelas cronologias, na área do monumento e em seu redor (Garcia, 1979, pp. 99–100;

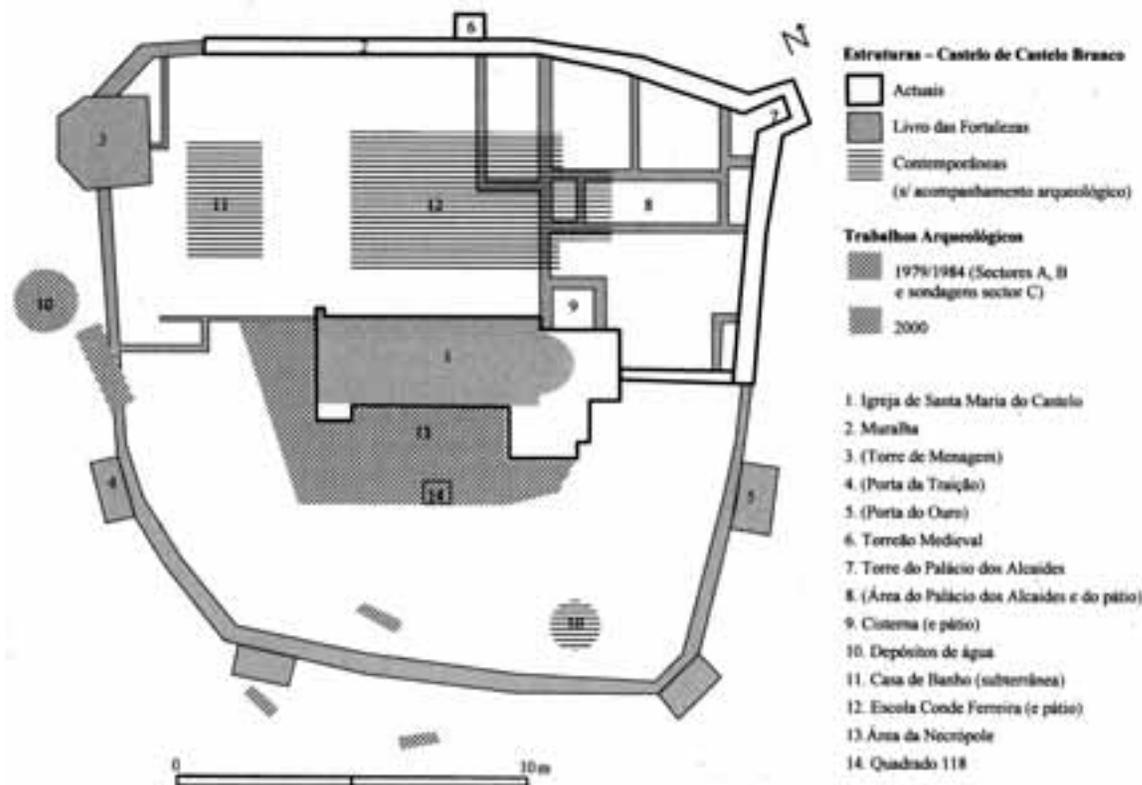


Fig. 1 Planta do castelo de Castelo Branco e suas principais estruturas.

Ponte, 1986, pp. 37–38; Simões, 1986, pp. 150–151; Leitão, 1994, p. 27). Esta situação altera-se a partir do final da década de 70.

Em Fevereiro de 1979, um violento temporal provocou um aluimento de terras na *estrada turística do castelo*, em pleno adro da Igreja de Santa Maria do Castelo, dificultando a passagem dos carros e colocando à vista diversos materiais arqueológicos. Para evitar o saque dos materiais entretanto expostos (Martins, 1979b), a edilidade, na presença de um funcionário do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, levou a cabo uma limpeza superficial da área, aterrando-a depois, até estarem reunidas as condições para eventuais trabalhos arqueológicos<sup>3</sup>. Foram recolhidas então três estelas funerárias e cerca de três dezenas de numismas<sup>4</sup>.

Entretanto, o professor João Henriques Ribeiro, à época director da Casa da Cultura, entrou com um pedido de autorização para levar a cabo uma intervenção arqueológica no local, que após ultrapassadas algumas questões logísticas, se iniciou em Setembro daquele ano, concentrando-se na área do aluimento (Q. 118). Além desta sondagem de diagnóstico, esta primeira campanha serviu igualmente de preparação para as seguintes. O adro da Igreja de Santa Maria foi dividido em três sectores (A, B e C), onde os trabalhos se foram desenvolvendo progressivamente.

No sector A, que compreendia a área em frente à fachada principal da igreja, ao redor do campanário e ao longo daquela foram colocados à vista diversos vestígios de uma calçada. Após a sua remoção identificaram-se vários restos de muros que poderão ter sido das fundações de anteriores edifícios aqui existentes. Encostado a um deles encontrava-se um elemento arquitectónico decorado, de grande dimensão, que poderá ter integrado alguma das estruturas anteriores, tendo sido depois reutilizado noutro local. Por seu lado, o campanário, construído em meados do século XIX, foi erguido sobre enchimento pétreo não argamassado.

A área a sudoeste da igreja, ao longo da sua fachada lateral, foi designada como sector B. O espaço encontra-se ocupado por sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, afectadas na sua maioria pelas raízes das árvores entretanto plantadas no local. A partir da porta lateral da igreja estava um troço de calçada que se cruzava com um outro que corre ao longo da necrópole, paralelo ao edifício, desde a actual sacristia até à fachada principal. A sul desta calçada fica a estrada de circulação na zona do castelo, onde se verificou o aluimento.

Por fim, todo o espaço a sul daqueles correspondia ao sector C, ajardinado, no qual foram abertas três valas de sondagens para avaliar o seu potencial arqueológico. Tendo-se considerado que aquele era diminuto, apesar de alguns vestígios de negativos de muros argamassados, foi então excluído da área em análise no decorrer da campanha de 1980. Numa dessas sondagens, no corte, foram identificados cinco estratos.

Do ponto de vista estratigráfico, nos outros sectores encontraram-se quatro realidades distintas. Sobre a calçada da estrada existente no local do aluimento, foi colocada à vista uma camada de terra castanha, remexida, com cerca de 10 cm de espessura, idêntica à existente no jardim em redor. Na camada seguinte, arenosa, começaram a surgir os primeiros restos osteológicos desconexos e muito fragmentados, talvez em consequência da terraplanagem feita no local para a abertura da estrada. Existiam também algumas bolsas, de pequena dimensão, de areia mais fina. Até ao afloramento, a 1,20 m de profundidade em praticamente toda a estação, foram contabilizadas outras duas camadas, ao que tudo indica invioladas, que apresentavam diversos vestígios osteológicos associados a alfinetes, pregos e cerâmicas.

Esta situação era frequente em quase todo o sector B, excepto ao longo da fachada da igreja e no local do aluimento. No primeiro caso, após a camada superficial, existia uma outra, de terra batida, imediatamente sobre o afloramento, selando as sepulturas aí escavadas. Nela foram identificadas várias bolsas de terra mais escura, que foram interpretadas como negativos de árvores entretanto retiradas.

No local do aluimento, o afloramento encontra-se cortado em ângulo recto e escavado vários metros, para a instalação ou construção de algo de que não foi possível identificar função. A potência estratigráfica encontrada e da qual não existem praticamente referências, rondou os 10 m de profundidade. Foi neste local que se recolheram a maioria dos materiais arqueológicos em análise. O sector A encontrava-se muito remexido do ponto de vista estratigráfico.

Após um parecer emitido por um responsável da tutela que se deslocou ao local, a área foi aterrada e os trabalhos suspensos por falta de meios técnicos e financeiros<sup>5</sup>.

Os materiais recolhidos integraram as colecções do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, tendo as peças mais frágeis sido alvo de restauro no Instituto José de Figueiredo e no Laboratório do Museu Monográfico de Conímbriga. Nos anos subsequentes foram dados à estampa alguns artigos sobre os trabalhos desenvolvidos, onde se dava conta dos resultados preliminares (Ribeiro, 1984, 1985, 1987), de certa forma compilados em publicação recente sobre o Jardim do Paço Episcopal (Ribeiro & Azevedo, 2001, pp. 15–47)<sup>6</sup>.

Em 2000, no âmbito da construção de um depósito de água, por parte da autarquia, na encosta oeste da colina do castelo, no perímetro daquele, foram identificados diversos vestígios arqueológicos. A intervenção de emergência, que teve lugar após o desaterro do local, limitou-se ao espaço de afectação da obra: 48 m<sup>2</sup>.

Foram colocadas à vista as fundações e o derrube de um muro que poderá corresponder à muralha do castelo ou à barbacã que a precedia. Aquele era constituído por duas fiadas de pedras de média dimensão com o interior preenchido por outras menores. No perfil foram registadas cinco camadas estratigráficas, criadas eventualmente por séculos de entulhamentos nesta vertente.

O espólio recuperado é relativamente escasso, uma vez que é resultante da escolha das terras retiradas anteriormente e da limpeza da camada de assentamento do depósito de água. O mesmo foi interpretado, à época, como consequência de um deslizamento da área da necrópole (Salvado & Moreira, 2007, p. 213), não muito longe desta vertente da encosta, embora aquele apenas tenha sido alvo de análise preliminar.

Ao longo da intervenção, vários foram os periódicos locais que noticiaram a situação<sup>7</sup>, mas foi só em 2007 que foram publicados os resultados preliminares sobre o assunto (Salvado e Moreira, 2007).

### 3. Espólio

Durante os trabalhos arqueológicos decorridos na alcáçova albicastrense (1979/84 e 2000) foi recolhido numeroso e diversificado conjunto de materiais. Além das usuais cerâmicas (fosca, vidrada e esmaltada), foram recuperados objectos metálicos, em osso, vidro, azeviche e cabedal, juntamente com numismas, estelas funerárias e restos de fauna mamalógica.

Pretende-se com este trabalho apresentar os dados mais relevantes deste conjunto, que foi analisado do ponto de vista formal, tendo em conta outros recuperados em diversos arqueossítios do país já estudados e através de documentação iconográfica contemporânea existente. Esta situação deve-se ao facto de nos trabalhos dos anos 80 não terem sido registados todos os dados referentes à estratigrafia e os materiais recuperados em 2000 resultarem de uma recolha após o desaterro do local.

Independentemente de ter sido utilizado o crivo nos trabalhos dos anos 80, não foi guardado qualquer fragmento de parede não decorado de cerâmica fosca. O mesmo sucedeu com grande parte das cerâmicas vidradas e esmaltadas.

#### 3.1. Cerâmica

Apesar da peça mais antiga analisada ser um bico fundeiro de uma variante de Almagro 51c (n.º 1), cuja datação poderá oscilar entre os séculos III–IV, não foram identificados quaisquer outros materiais desde essa cronologia até ao período correspondente à Reconquista Cristã. Dessa época destacam-se duas peças (n.ºs 2–3) cuja decoração a engobe branco encontra semelhanças na de outras recuperadas em níveis tardios almóadas de Lisboa (Gomes & *alli*, 2001, p. 140, n.º 25) e Santarém (Viegas e Arruda, 1999, p. 121, fig. 8). Foram identificados paralelos para panelas, de bordo alto, pouco introvertido ou espessado exteriormente (n.ºs 4–6), também em contextos daquela cidade ribatejana (Viegas & Arruda, 1999, p. 152, fig. 11, n.ºs 8 e 11; Mendes, Pimenta & Valongo, 2002, p. 272, Est. 4.15; Trindade & Diogo, 2003, p. 149, fig. 5, n.ºs 7, 8 e 10), tal como de Torres Vedras (Cardoso & Luna, 2002, p. 10, fig. 7) e do Cadaval (Cardoso, 2007, p. 36, fig. 21.7). Estes dois últimos exemplos correspondem a contextos associados a comunidades moçárabes.

Em grande quantidade foram encontrados contentores de líquidos, como o caso de um bordo de cântaro (n.º 9) idêntico a outros recolhidos em contextos almóadas tardios de Silves (Gomes & Gomes, 2001, p. 95, n.º 124) e de Santarém (Mendes, Pimenta & Valongo, 2002, p. 269, Est. 2.8; Trindade & Diogo, 2003, p. 150, fig. 6.26). Existem do mesmo modo fragmentos de grandes talhas (n.º 10), por vezes decorados com cordões plásticos digitados. São peças que encontram afinidade em outras exumadas na região, como os exemplares de Castelo Novo (Silvério & Barros, 2005, p. 165, fig. 59) ou Penamacor (Silvério, Barros & Teixeira, 2004, p. 523, fig. 26).

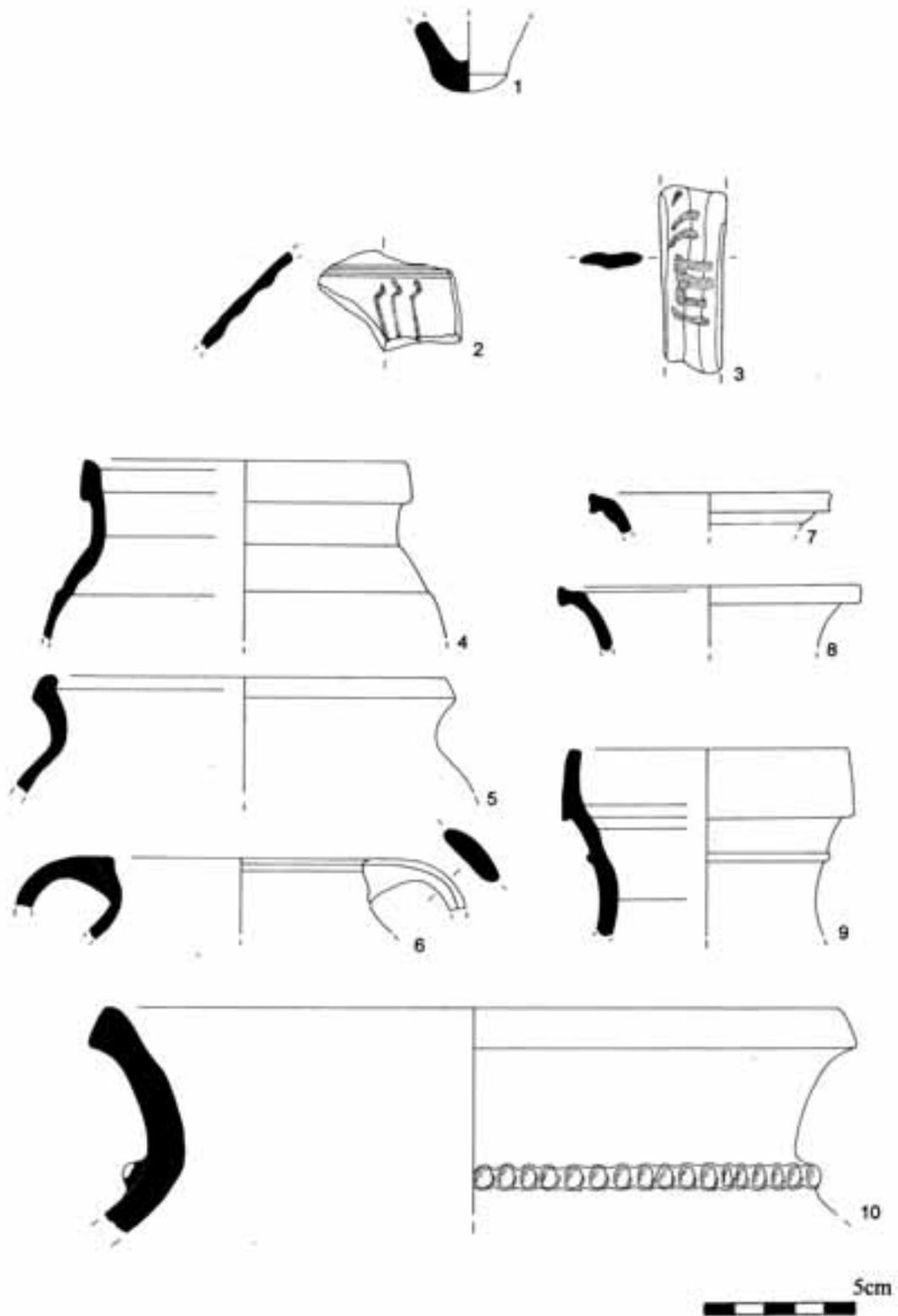


Fig. 2 Cerâmica fosca. Loiça de armazenamento e/ou transporte: ânfora (1), bilhas (7-8), cântaro (9), talha (10); loiça de Cozinha: panelas? (2-3); panelas (4-6).

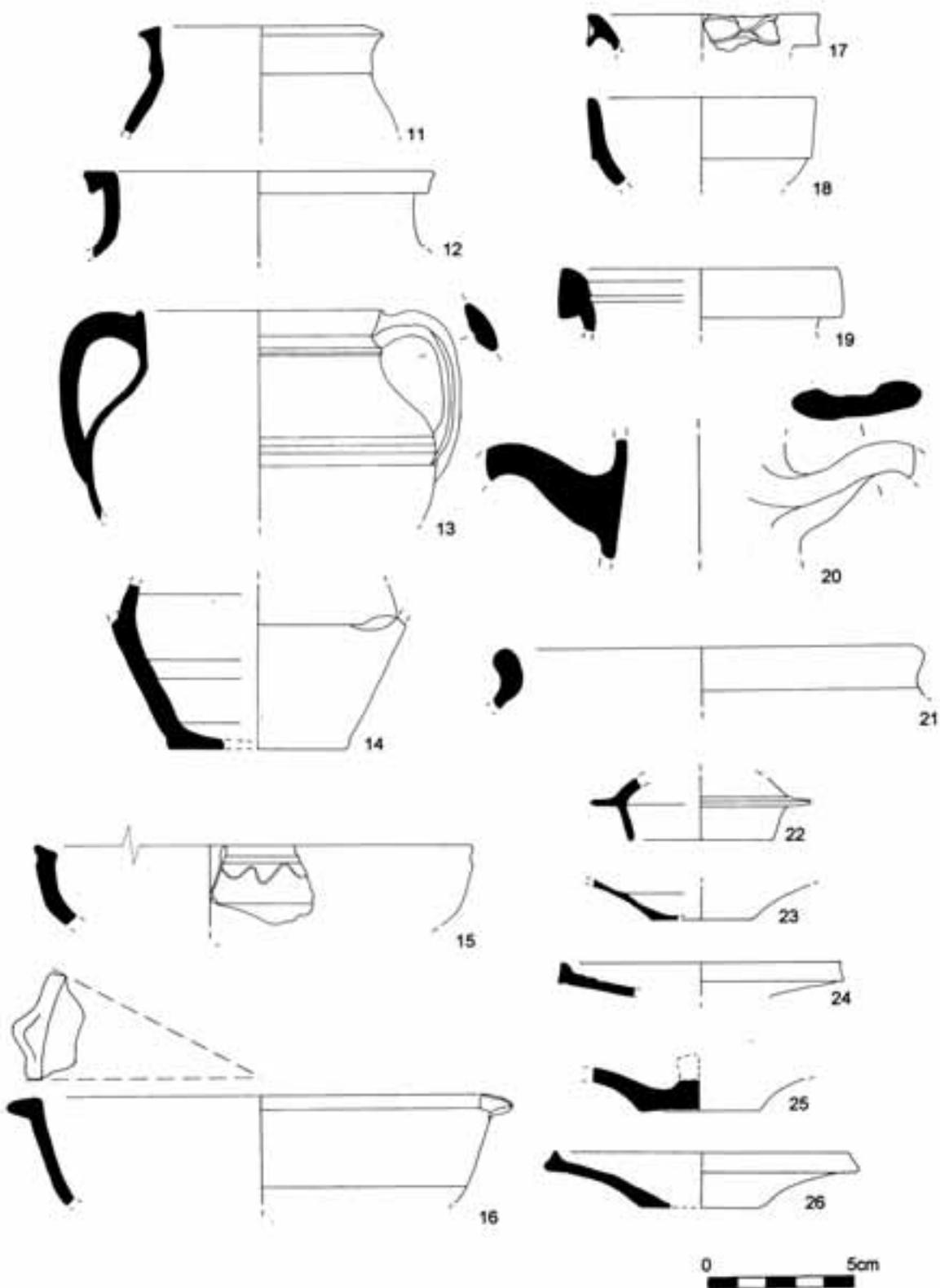


Fig. 3 Cerâmica fosca. Loiça de cozinha: panelas (11–14), frigideira (15), tacho (16); loiça de armazenamento e/ou transporte: bilhas (17–18), cântaros (19–20), pote (21), tampas/testos (22–26).

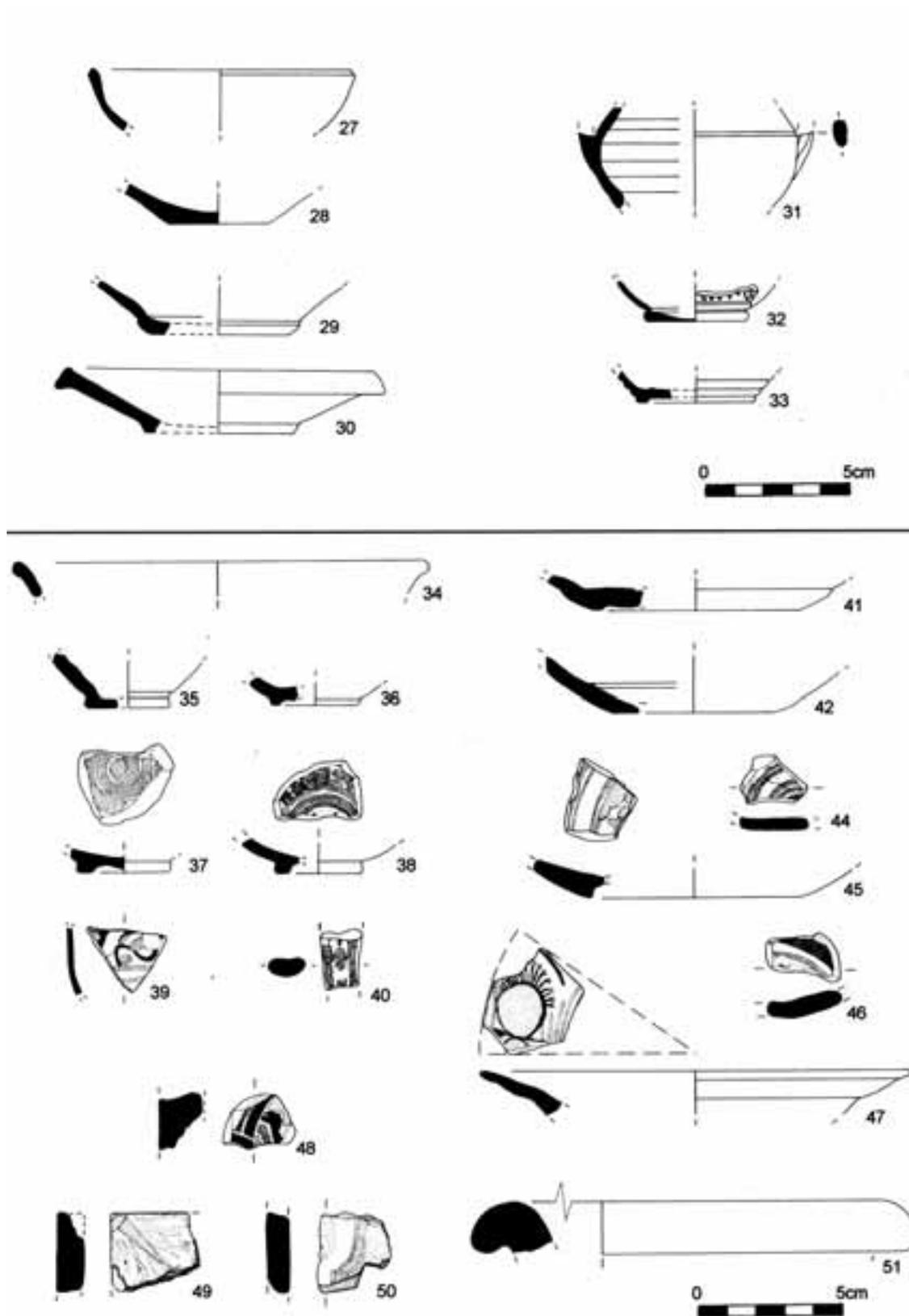


Fig. 4 Cerâmica fosca; esmaltada e vidrada e de revestimento. Loiça de mesa: taças (27–28), pratos (29–30), púcaros (31–33); loiça de mesa: taças (34–39), pratos (41–47), jarro (33); loiça de cozinha: alguidar (51); azulejos (48–50).

A partir dos finais do século XV, mas principalmente ao longo do XVI, verifica-se, na loiça de mesa, uma maior presença de taças e pratos, embora apresentem então um menor diâmetro, numa clara individualização do uso das peças, como medida profilática. É o caso das taças (n.ºs 27–28) e dos pratos (n.ºs 29–30), normalmente brunidos no interior. Ambas as formas mostram similaridade com outras recuperadas em Penamacor (Boavida, 2006, pp. 73, 83, n.ºs 9, 24–25), mas também em Castelo Novo, no caso das taças (Silvério & Barros, 2005, p. 122, fig. 35) e em Évora, no dos pratos (Teichner, 1998, p. 28, fig. 12.7). Surgem igualmente os púcaros de beber, com paredes finas, por vezes com as superfícies decoradas em relevo ou simplesmente brunidas (n.ºs 31–33), idênticos aos encontrados em Lisboa (Ramalho & Folgado, 2002; Gomes & Gomes, 2007, pp. 78, 85, figs. 4–5; Santos, 2008; Etchevarne & Sardinha, 2007), Cascais (Cardoso & Rodrigues, 2002, Est. 4 e 6) e Santarém (Folgado e Ramalho, 2000).

Dentro das loiças de cozinha predominam as panelas. Uma vez que não subsiste nenhum exemplar com o perfil completo, só é possível definir tipologias através do perfil dos bordos (sub-triangulares, sub-rectangulares e semicirculares; n.ºs 11–13), embora essas ligeiras variações possam ser apenas reflexo do gosto dos oleiros ao levantarem as peças na roda. Datadas dos séculos XV–XVI, foram identificadas formas similares a estas em Castelo Novo (Silvério & Barros, 2005, pp. 151 e 153, figs. 50–51), Penamacor (Silvério, Barros & Teixeira, 2004, p. 529, fig. 21) e em diversos locais da região de Lisboa (Gaspar & Amaro, 1997, p. 342, Est. 5.6; Diogo & Trindade, 2000, p. 231, fig. 10, n.º 53; Trindade & Diogo, 2001, p. 203, n.º 1; Cabral, Cardoso & Encarnação, 2009, p. 238, n.ºs 25–26; Gonçalves & Amaro, 2002, p. 483, fig. II.2). Foram recuperados também uma frigideira e um tacho (n.ºs 15–16). A primeira é idêntica a outra igualmente recuperada em Castelo Novo (Silvério & Barros, 2005, p. 116, fig. 31), enquanto o último é parecido a outros recolhidos em Almada (Sabrosa & Espírito Santo, 1992, p. 7, fig. 9; Sabrosa, 1994, p. 42, n.º 17), Lisboa (Gaspar & Amaro, 1997, p. 345, Est. 8.4), Loures (Silva & Deus, 1999, p. 43, fig. 7, n.ºs 25–26) e Palmela (Fernandes & Carvalho, 1997, p. 231, fig. 11).

No que diz respeito às peças de armazenamento e/ou transporte de líquidos a situação mantém-se, apesar de o número de bilhas aumentar. Verifica-se uma grande diversidade ao nível dos bordos destas (n.ºs 17–18). Do ponto de vista da conservação de alimentos sólidos a situação altera-se totalmente, uma vez que as talhas desaparecem, dando exclusivamente lugar aos potes. Tal facto pode dever-se a uma utilização mais frequente do celeiro da Ordem de Cristo entretanto construído na parte baixa da vila (Boavida, 2009, p. 61). Um dos potes (n.º 21) mostra bordo como os encontrados em níveis dos séculos XVI–XVII de Almada (Sabrosa & Espírito Santo, 1992, p. 9, n.º 2) e Cascais (Cabral, Cardoso & Encarnação, 2009, p. 237, n.º 18). Foram recolhidas diversas formas de tampas e testos, algumas delas com pitorra ou espessamento exterior do bordo (n.ºs 25–26), idênticas a outras identificadas em contextos quinhentistas de Almada (Sabrosa & Espírito Santo, 1992, pp. 6, 9, n.ºs 3 e 19; Sabrosa & Santos, 1993, p. 177, n.ºs 10–11; Sabrosa, 1994, p. 40, n.ºs 1 e 4), Cascais (Cardoso & Rodrigues, 1991, p. 584, prancha 4, n.º 47; Cardoso & Rodrigues, 1999, p. 199, n.ºs 2 a 5), Palmela (Fernandes & Carvalho, 1997, p. 287, figs. 11–13), Silves (Gomes, Gomes & Cardoso, 1996, p. 41, fig. 7, n.º 15) e Castelo Novo (Silvério & Barros, 2005, p. 173, fig. 65).

Cerca de três quartos do espólio analisado foi exposto a cozeduras oxidantes, tendo a maioria do remanescente sido alvo de cozedura parcialmente oxidante. Estas peças mostram pastas de tons vermelhos, laranjas e castanhos, produzidas a partir de barros vermelhos. Aquelas são normalmente homogêneas, com elementos não plásticos de grão fino a médio, onde se destacam o feldspato, o quartzo hialino e o leitoso, a biotite e a moscovite, sendo a hematite, a calcite, o calcário, os nódulos de barro e outros tipos de quartzo muito residuais.

Embora em número reduzido e muito fragmentado, o grupo das peças esmaltadas e/ou vidradas, abrange uma alargada baliza cronológica que se estende desde o século XIV aos meados do século XIX. Este é constituído, essencialmente, por taças e pratos esmaltados a branco estanhífero, que nalguns casos mostram decoração a azul de cobalto, por vezes combinado com negro ou roxo de manganês. Algumas dessas peças são evidência das trocas comerciais existentes ao nível transfronteiriço, como as que apresentam bandas concêntricas a azul ou intercaladas a roxo (n.ºs 44 e 46), típicas das produções sevilhanas e valencianas dos séculos XV–XVI e idênticas às encontradas em Silves (Gomes & Gomes, 1996, p. 173, fig. 26), no Funchal (Gomes & Gomes, 1998, p. 339, fig. 17), em Penamacor (Boavida, 2006, p. 119, n.ºs 69–70) e em Cascais (Cabral, Cardoso & Encarnação, 2009, p. 208). Da mesma época, ou um pouco mais tardias, serão as esmaltadas a branco, que poderão ser também, nalguns casos de proveniência castelhana (n.ºs 34–36 e 41–42).

No final do século XVI, mas principalmente no século XVII, com o aumento da produção de faiança portuguesa, surgem motivos decorativos como as espirais, os aranhões ou as contas, entre outros (n.ºs 37–40, 45 e 47), que poderão ou não combinar óxidos de cobalto e manganês. São peças que surgem em contextos desse período, até aos meados do século XVIII, eventualmente até ao XIX, em Vila Viçosa (Nolen, 2004, p. 30, n.º 3), Palmela (Fernandes & Carvalho, 1998, p. 254, n.º 198), Sortelha (Osório, 2008, p. 175, n.º 275), Porto (Real & *alii*, 1995, p. 184, fig. 14), Cadaval (Cardoso, 2009, pp. 58, 60, figs. 39 e 45) e Vialonga (Lopes, 1998, p. 332, n.º 5). Dessa última centúria também foram exumados restos de peças de produção nacional, em particular das fábricas Lusitânia e Sacavém.

Na cerâmica vidrada, muito escassa, destaca-se um bordo de alguidar vidrado a verde plumbífero (n.º 51). É uma forma comum desde os séculos XV–XVI praticamente até à actualidade.

Existe ainda um pequeno conjunto de restos de cerâmica de revestimento, do qual fazem parte diversos fragmentos de azulejos de padrão, esmaltados a branco e decorados a azul de cobalto e amarelo de antimónio (n.ºs 49–50). O padrão identificado (P-482), de acordo com Santos Simões, será do século XVIII (Simões, 1971, p. 83). Foi também recolhido um fragmento de um azulejo de aresta (n.º 48), tipo hispano-árabe, provavelmente produzido em Sevilha por volta do século XVI, semelhante aos recuperados em Torres Vedras (Luna & Cardoso, 2006, p. 105, n.º 22), em Cascais (Cabral, Cardoso & Encarnação, 2009, p. 215) e na Sortelha (Osório, 2008, p. 168, n.º 251).

Estas cerâmicas esmaltadas e vidradas apresentam pastas de tom bege, rosa ou branco, salvo raras exceções, obtidas da mistura de barro branco com pequenas percentagens de barro vermelho, uma vez que o óxido de ferro presente neste último dá maior resistência às peças durante a sua cozedura, neste caso, maioritariamente oxidante. São pastas muito homogéneas e depuradas, com elementos não plásticos de grão fino a muito fino, nalguns casos quase imperceptíveis, em particular nas peças que se considera serem importadas.

### 3.2. *Artefactos metálicos*

Este conjunto é, sem dúvida, um dos mais significativos de todo o espólio recolhido. Destaca-se pela sua variedade e pelo seu estado de conservação, que nalguns casos se encontra bastante valorizado após o seu restauro.

No que diz respeito aos objectos de uso doméstico estão presentes, entre outros, uma anilha de cabo de vassoura (n.º 52), em ferro e uma pintadeira (n.º 53) em bronze (Boavida, 2009, p. 77). São designadas nalguns locais como chavões alentejanos e utilizadas para marcar pães e bolos cozi-

dos em fornos comunitários. De acordo com Abel Viana são peças com grande previvência, desde a Alta Idade Média até à actualidade (Viana, 1961/62, pp. 162–163, figs. 170–172). Recolheram-se peças idênticas em diversas localidades alentejanas como Portel (Nolen, 2004, p. 31, n.º 7), Monforte (Bugalhão, 2004, p. 145, fig. 33), Montemor-o-Novo<sup>8</sup> e Castelo de Vide<sup>9</sup>, onde a sua cronologia se estende desde do século XV ao XVIII.

O grupo mais diversificado é o dos objectos de uso pessoal, que se pode dividir em dois; por um lado, o dos acessórios de vestuário e por outro o da joalheria, onde se incluem alguns objectos de carácter religioso. Os últimos foram analisados à época das escavações pelo Cónego Anacleto Pires Martins<sup>10</sup>. Trata-se de sete medalhas e duas cruzes. As medalhas em liga de cobre, por vezes com vestígios de revestimento dourado, assumem três formas distintas: oval, octogonal e em cadena (n.º 54a–54c). Algumas delas (54c), que poderão ser mais tardias, mostram saliências nos eixos, talvez a evidenciar a sobreposição a uma cruz (Boavida, 2009, pp. 76–77). A temática decorativa é obviamente de cariz religioso, sendo as imagens mais frequentes as de Nossa Senhora da Conceição, de São Carlos Barromeu e de São Francisco de Assis. Foram recuperadas peças idênticas em contextos dos séculos XVI–XVII dos conventos de Santa Clara-a-Velha de Coimbra (Mourão, 2004, pp. 115–132) e de São Francisco de Santarém (Ramalho, 2002, p. 201, n.ºs 237, 238 e 240), na antiga igreja paroquial da Foz do Douro (Osório, 1993, p. 33) e nos castelos de Alcobça (António, 2006, pp. 30–31), Sabugal (Osório, 2008, pp. 171–172, n.ºs 261–262) e Montemor-o-Novo<sup>11</sup>. Com datações que vão até à centúria seguinte, são conhecidos vários casos em Lisboa, como sejam o Convento de Jesus (Cardoso, 2008, p. 281, fig. 29), o Mosteiro de São Vicente de Fora (Ferreira, 1983, pp. 34–35, figs. 73–76) e a igreja do Convento do Carmo (Ferreira & Neves, 2005, pp. 604–605, n.ºs 1633–1641), sendo nos dois últimos a imagem de Nossa Senhora da Conceição igualmente recorrente.

Uma das cruzes é decorada por motivo vegetalista que define um medalhão central octogonal com a sigla IHS (n.º 55). Na forma é idêntica a outras duas, uma recolhida em Santarém (Ramalho, 2002, p. 201, n.º 241) e outra em Montemor-o-Novo<sup>12</sup>, embora essas mostrem Cristo na cruz. São atribuídas ao período entre os séculos XVI–XVIII. O Cónego Anacleto Martins atribui a outra cruz a essa última centúria. Trata-se de uma peça muito simples que poderá ter integrado um terço (Boavida, 2009, p. 76).

Foi recolhido também um brinco (n.º 57), em liga de cobre, e um anel (n.º 56), possivelmente em prata. O primeiro é igual a outro colectado em níveis setecentistas de Santa Clara-a-Velha (Mourão, 2004, p. 13, n.º 27), enquanto o anel encontra semelhanças formais com outros, em liga de cobre, muito mais espessos, recuperados em Penamacor (Boavida, 2006, p. 135, n.º 88), Castelo Novo (Silvério & Barros, 2005, p. 194, fig. 80.2) e Coimbra (Mourão, 2004, p. 26, n.º 56), cuja datação aponta para os séculos XVI–XVIII.

Em relação aos acessórios de vestuário, os exemplares mais antigos são dois fechos de cinturão (n.ºs 58–59) que encontram afinidades formais, assim como na temática decorativa, noutros recuperados no Sabugal (Osório, 2008, p. 122, n.º 207) e em Palmela (Fernandes & Santos, 2008, p. 47, n.º 52), atribuídos dos séculos XII–XIII.

Destacam-se também duas fivelas (n.ºs 61–62), uma de formato liriforme, igual a outras recolhidas em necrópoles tardo-medievais (século XV) de Cuenca (Fernández, 1981, figs. 12 e 17) e outra, de sapato, mais elaborada que no feitio se assemelha a modelos setecentistas (Orey, 1995, figs. 106–125).

Dentro deste grupo existe um conjunto de objectos cuja cronologia poderá ser mais bem aferida recorrendo à iconografia contemporânea, visto que tal como aqui, noutros arqueossítios surgem muitas vezes fora de contexto. Assim, podem-se observar em retratos da autoria de pintores

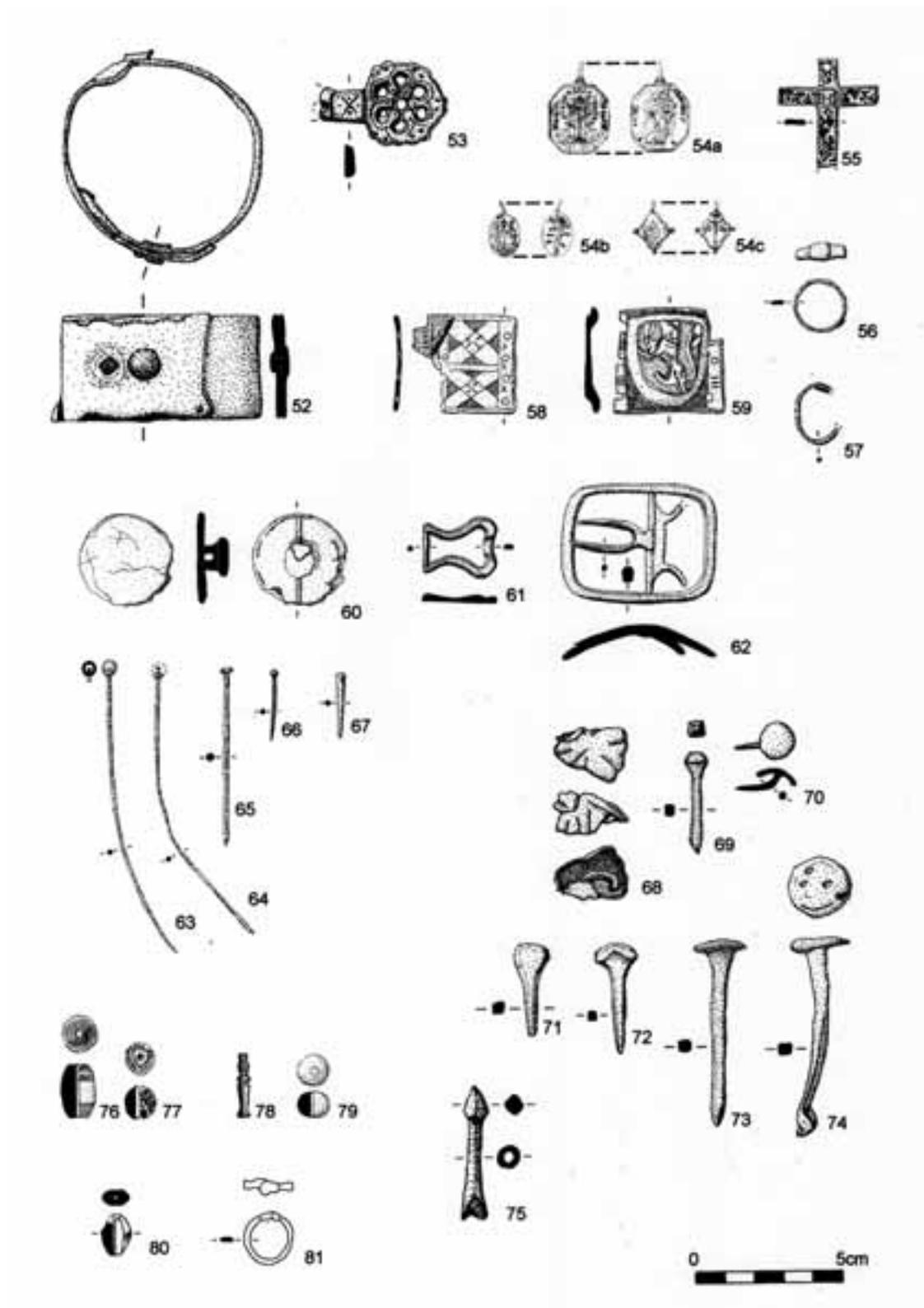


Fig. 5 Artefactos metálicos, em azeviche, osso e vidro. Objectos de uso doméstico: anilha de cabo de vassoura (52), pintadeira (53); objectos de uso pessoal: medalhas (54a–54c), cruz (55), anel (56), brinco (57), fechos de cinturão (58–59), botão (60), fivelas (61–62), alfinetes (63–66), ponta de atilho (67); elementos de mobiliário: pregos (68–74); outros: virote de besta (75). Contas (76–77, 78–79 e 80), anel (81).

anglo-saxónicos como o do *Coronel George K. H. Coussmaker* (1782) e de *Francis Rawdon Hastings* (1789), ambos de Sir Joshua Reynolds, botões de pé, forrados ou polidos (n.º 60), idênticos aos encontrados na alcáçova albicastrense, cuja produção de origem inglesa abastecia o mercado português nos finais de setecentos. Surgem igualmente em retratos da escola americana, como os de *Charles Petit* (1792) e do *Coronel William Taylor* (1790), de Charles Wilson Peale e de Ralph Earl, respectivamente.

As pontas de atilho (n.º 67) têm paralelos em obras como *Retrato da Princesa Santa Joana* (mestre desconhecido), *Martírio de São Sebastião* (Gregório Lopes) ou nos *Painéis de São Vicente* (Nuno Gonçalves), datados dos séculos XV–XVI, tendo sido recolhidas em Portel e em Coimbra em contextos datados dessa mesma cronologia (Nolen, 2004, p. 31, n.º 8; Mourão, 2004, p. 22, n.º 47).

Em relação aos alfinetes (n.ºs 63–66), que seriam usados no cabelo ou para segurar toucados e eventualmente outras peças de vestuário, é mais frequente surgirem em pinturas flamengas como *Portrait of a Lady* (1464), *Lady wearing a gauze headdress* (1445), ambos de Rogier van der Weyden e também em *Portrait of a Woman* (1430 - Master of Flémalle), surgindo também na *Apresentação do Menino no Templo*, obra de Francisco Henriques, pintor de origem flamenga, radicado em Portugal na primeira metade do século XVI. Os alfinetes de menor dimensão seriam usados para segurar a mortalha dos inumados na necrópole da alcáçova albicastrense, como sucederia com os recolhidos na Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Cadaval (Cardoso, 2007, pp. 12–13) e no Convento de Jesus em Lisboa (Cardoso, 2008, p. 282, fig. 30).

A utilização de sudários é igualmente evidenciada pela forma antropomórfica das sepulturas escavadas na rocha e pela posição dos membros dos indivíduos aqui enterrados: pés sobrepostos e mãos colocadas sobre o baixo-ventre. Não seria usual a utilização de esquifes, embora pudessem existir, mas tal seria demasiado dispendioso para a maioria da população. A grande quantidade e variedade de pregos (n.ºs 68–74) recolhida seria proveniente de vários elementos de mobiliário e também de madeiramentos estruturais, o que poderá justificar também a sua diversidade (Boavida, 2009, pp. 78–79).

Foram recuperadas também algumas peças de armamento, como um virote de besta (n.º 75), semelhante aos recolhidos em contextos datados entre o século XIII e o século XV de Castelo Novo (Silvério & Barros, 2005, pp. 199, fig. 84, n.º 4), Vilar Maior (Osório, 2008, p. 147, n.º 222), Guarda e Castelo de Vide (Barroca & Monteiro, 2000, pp. 396, 399, n.ºs 137, 142). Destaca-se igualmente um conjunto de balas de canhão, colectadas durante os trabalhos de 2000, junto ao possível derrube da muralha. Uma vez que grande parte da fortaleza foi usada como pedreira, nalgumas partes desmontada até às suas fundações, a presença de tais peças neste local poderá indicar a reutilização das mesmas como bolas de pedreira (Boavida, 2009, p. 79) visto serem iguais a outras, provenientes da pedreira de Montelavar em Sintra, com essa mesma função, que se encontram expostas no Museu do Canteiro (Almeida, 2005, pp. 17–18).

### 3.3. Artefactos em azeviche, osso, vidro e cabedal

Na alcáçova albicastrense recolheram-se contas em azeviche, osso e vidro (n.ºs 76–80). Apesar de poderem ter sido usadas em colares ou pulseiras, o facto de terem sido encontradas peças idênticas em contextos funerários de Lisboa (Ferreira e Neves, 2005, pp. 607–609, n.ºs 1657 e 1668), Porto (Osório, 1993, p. 32), Santarém (Ramalho, 2002, p. 200, n.ºs 231–234), Coimbra (Mourão, 2004, pp. 21–94, n.ºs 43, 45, 94, 166, 176–177, 181, 215) e Cadaval (Cardoso, 2007, pp. 38, n.ºs 5–9, 39,

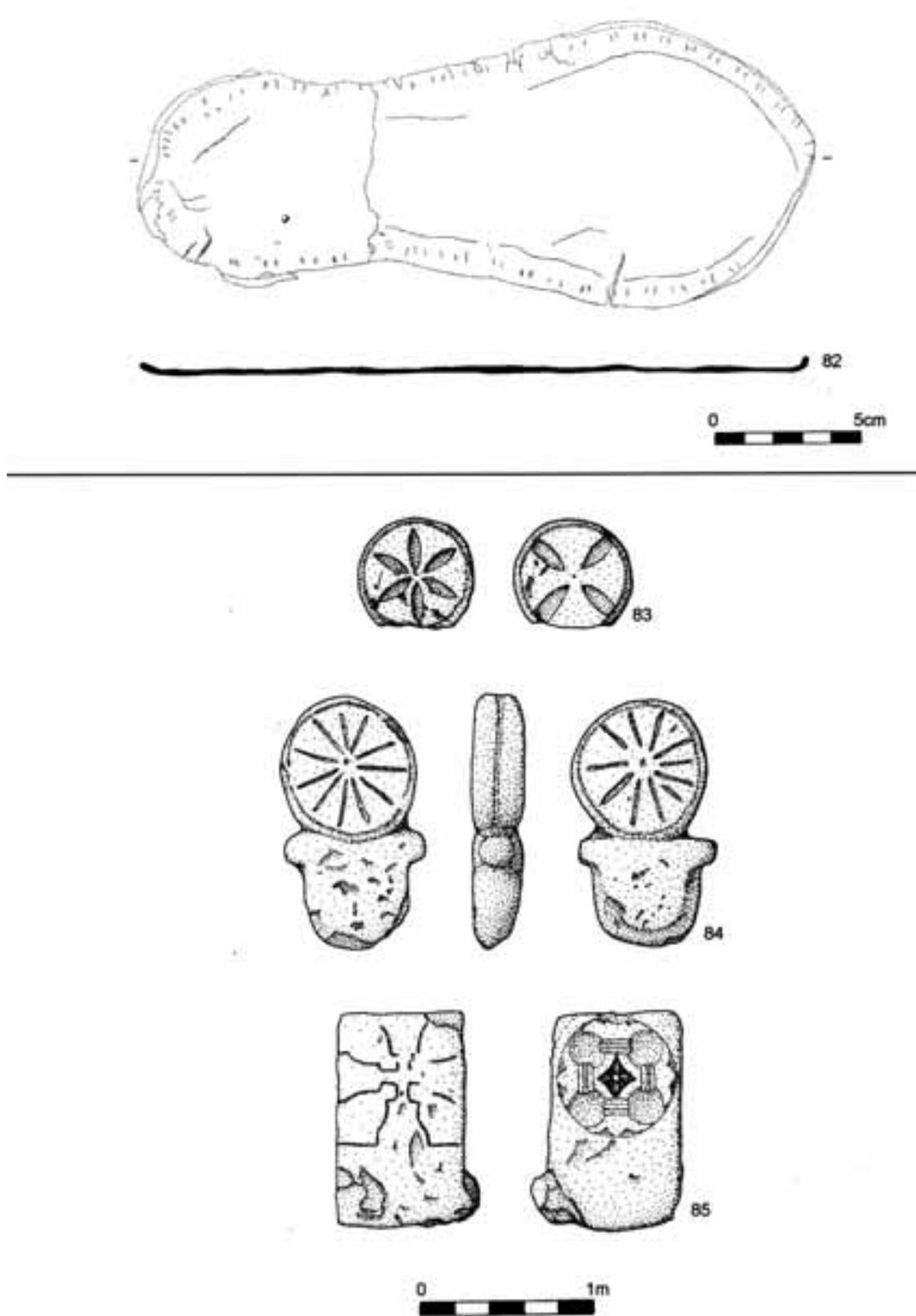


Fig. 6 Objectos em cabedal; estelas funerárias; sola de sapato (82); estelas discoidais (83–84), estela rectangular (85).

n.º 3–9), indica que poderiam integrar objectos de carácter religioso, como terços e rosários. Na maior parte dessas localidades foram recuperadas em níveis atribuídos aos séculos XVI–XVII, ou até ao final da centúria seguinte. Em azeviche foi também recolhida uma pequena figa, dentro da mesma cronologia, como sugerem os achados similares nos conventos de São Francisco de Santarém (Ramalho, 2002, p. 202, n.º 246–247) e de Santa Clara-a-Velha de Coimbra (Mourão, 2004, pp. 3–4, n.º 6).

Também foram recolhidos anéis em vidro negro (n.º 81), do tipo veneziano, além de alguns objectos de uso à mesa, nomeadamente contentores de líquidos, em particular um fundo de garrafa, um pé de cálice e uma asa de caneca. Enquanto os anéis encontram paralelos em níveis dos séculos XVI–XVII de Santarém (Ramalho, 2002, p. 203, n.ºs 250 e 252) e de Lisboa (Ferreira, 1983, p. 10, fig. 16), as restantes peças serão um pouco mais tardias, já das centúrias seguintes (Custódio, 2002, pp. 336–337, n.ºs 154–160; Ferreira, 2004, p. 564, figs. 9e–9g).

Destacam-se dentro de todo o conjunto em análise diversos vestígios de objectos produzidos em cabedal, nomeadamente um sapato praticamente completo, do qual se apresenta a sola (n.º 82). Uma outra sola mostra ainda os restos do fio que a cozia à parte correspondente ao peito do pé. Este tipo de material encontra-se pouco publicado no nosso país, estando os exemplares dados à estampa datados do século XVII (Cardoso, 2008, p. 281, fig. 27; Nozes, Silva & Miranda, 2007, p. 23).

### 3.4. Numismática

Nos trabalhos arqueológicos decorridos na alcáçova albicastrense foram colectados 193 numismas, dos quais apenas não foi possível identificar 7 devido ao seu estado de conservação.

Trata-se essencialmente de exemplares da primeira e segunda dinastias portuguesas. Uma vez que o valor da moeda correspondia ao valor do seu metal constituinte, algumas delas foram cortadas em duas ou quatro partes, dando origem às chamadas mealhas. Muitos dos exemplares também se encontram cerceados. Apesar de não ter sido registado quais, alguns apareceram associados aos enterramentos, tendo preservado, devido à sua oxidação, restos dos tecidos que constituiriam a roupa ou o sudário dos inumados.

Da primeira dinastia foram identificados dinheiros de D. Sancho I (1185–1211), D. Sancho II (1223–1248), D. Afonso III (1248–1279) e D. Fernando (1367–1383). Não foi possível caracterizar com exactidão um exemplar que poderá ser de D. Dinis (1279–1325) ou D. Afonso IV (1325–1357)<sup>13</sup>.

Da segunda dinastia foram recolhidos espécimes monetários de todos os reinados, destacando-se a diversidade de tipos no reinado de D. João I (1385–1433), ½ vintém de prata de D. Manuel I (1495–1521) e um grande conjunto de ceitis, na maioria de D. Afonso V (1438–1481) e D. João III (1521–1557)<sup>14</sup>.

Uma vez que o valor monetário dos numismas portugueses não era muito diferente do de outros exemplares castelhanos, graças à proximidade com a fronteira e ao comércio que através dela teria lugar, foi igualmente recolhido um *dinero* de Afonso X (1252–1284) e duas *blanca del rombo*, tipo monetário emitido nos últimos anos do reinado de Henrique IV (1454–1474)<sup>15</sup>.

Foi recuperado um pequeno cobre de Constantino II (317–337) datado do século IV e um *jeton*, possivelmente dos séculos XVII–XVIII, que mostra caligrafia árabe (Antunes, 2011, pp. 730–732).

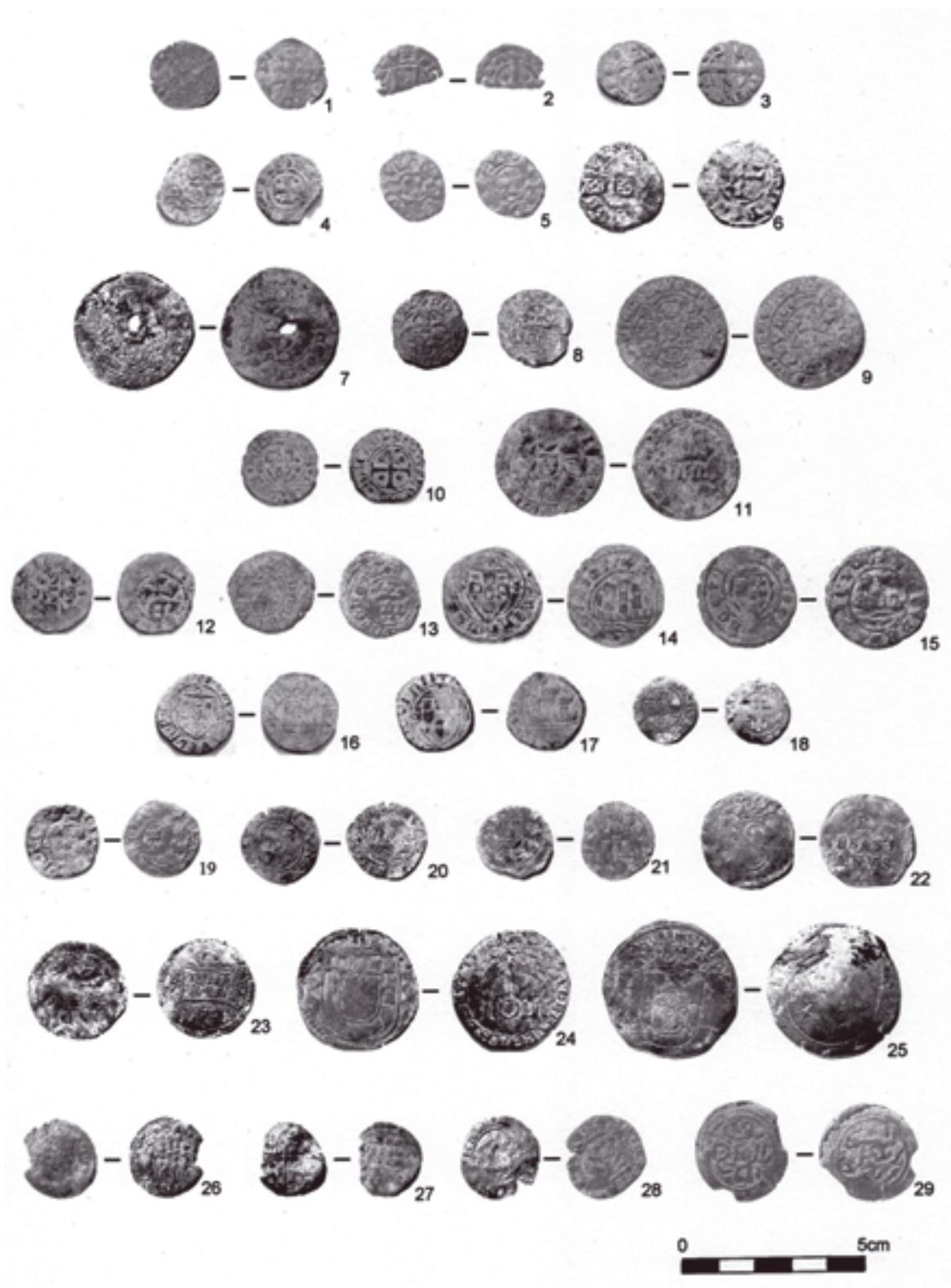


Fig. 7 D. Sancho I (1 e 2 - dinheiro); D. Sancho II (3 - dinheiro), D. Afonso III (4 - dinheiro), D. Dinis/D. Afonso IV (5 - dinheiro), D. Fernando (6 - dinheiro), D. João I (7 - real branco, 8 -  $\frac{1}{2}$  real 10 soldos, 9 - real 10 soldos, 10 -  $\frac{1}{4}$  real cruzado, 11 - real de  $3\frac{1}{2}$  libras), D. Duarte (12 -  $\frac{1}{2}$  real preto), D. Afonso V (13 -  $\frac{1}{2}$  real preto, 14 e 15 - ceitel), D. João II (16 - ceitel), D. Manuel I (17 - ceitel, 18 -  $\frac{1}{2}$  vintém), D. João III (19 e 20 - ceitel, 23 - real, 24 - 3 reais), D. Sebastião (21 - ceitel, 22 - real, 25 - 5 reais); Constantino II (26); Afonso X (27 - *dinero*), Henrique IV (28 - *blanca del rombo*); *jeton* (29).

### 3.5. Estelas funerárias

Recolheram-se dois tipos de estelas funerárias: as discoidais, que constituem a maioria, e as rectangulares. As primeiras mostram quase sempre as duas faces decoradas, sendo recorrente a cruz pátea (n.º 83) ou motivos radiais (dois exemplares em ambas as faces). Uma destas últimas tem forma totalmente antropomórfica, mostrando os braços, lateralmente, na área do ombro (n.º 84). Das outras foram recuperadas duas, decoradas com motivos cruciformes na parte superior.

São peças elaboradas em granito porfiroíde, de origem local. O talhe é muito rudimentar e o desenho pouco cuidadoso, com excepção de uma das estelas rectangulares. Esta é produzida em granito mais fino e demonstra um grande conhecimento de geometria por parte do seu autor (n.º 85). Poderá ser mais recente que o restante conjunto.

### 3.6. Espólio arqueozoológico

Foram recuperados restos osteológicos de origem animal, em particular de fauna mamalógica. Trata-se essencialmente de espécies domésticas como boi (*Bos taurus*), carneiro ou borrego (*Ovis aries*) e porco (*Sus*). Deste último destaca-se um conjunto de caninos, os quais não foi possível aferir se correspondem à espécie domesticada (*Sus domesticus*) ou à selvagem (*Sus scropha*). Foi identificada também uma haste de veado (*Cervus elaphus*), que poderá resultar de uma simples recolha, visto serem caducas, não sendo resultado óbvio de actividades cinegéticas (Antunes, 2011, pp. 732–736).

## Considerações finais

Os trabalhos arqueológicos decorridos na alcáçova albicastrense, na década de 80, tiveram lugar numa época em que os estudos sobre as Arqueologias Medieval e Moderna eram ainda embrionários em Portugal. O facto de se encontrar numa região afastada em muitos aspectos dos principais centros urbanos, em particular dos meios académicos, levou a que na intervenção não tenham sido aplicados os princípios que então ali se desenvolviam. Apesar de para outros períodos existirem métodos bastante difundidos de actuação em campo, pelas características próprias do local, os mesmos não foram devidamente adaptados à realidade existente, tendo-se perdido algumas informações relevantes sobre o mesmo. Apesar disso, com os meios técnicos e financeiros existentes fez-se o possível, o que poderá justificar o facto do espólio recolhido ter permanecido inédito durante praticamente três décadas.

À época foram essencialmente efectuados os trabalhos de campo, durante os quais se identificaram várias estruturas, então colocadas à vista, embora não tenham sido apurada a função de parte delas, como sucede com o que existiria na área do aluimento (Q.118) e o que o terá provocado. Foram identificados diversos vestígios de estruturas sobre os alicerces da actual Igreja de Santa Maria, evidência de construções anteriores, como refere alguma da documentação escrita sobre o local. Em redor do templo foi colocada à vista uma necrópole, relativamente extensa, existindo caminhos de circulação na área por ela ocupada. Infelizmente as árvores entretanto plantadas destruíram muitos dos restos osteológicos que ainda hoje permanecem em grande parte no local, aguardando o seu correcto levantamento e estudo.

Do ponto de vista estratigráfico, existe uma referência comum numa das sondagens efectuadas em 1980 e os trabalhos preventivos levados a cabo em 2000: as cinco camadas identificadas em corte. É facto que os dois locais são próximos, mas também se pode pôr a hipótese de essas cinco camadas corresponderem a momentos de abandono/reestruturação da alcáçova.

A maioria dos materiais analisados provém do quadrado 118, que como se referiu, não tinha estratigrafia fiável, ou pelo menos a mesma não terá sido devidamente registada. No entanto, apesar de descontextualizado, através da sua comparação com espólio recolhido noutras locais e recorrendo também a documentação iconográfica é possível chegar a algumas conclusões, além da sua atribuição cronológica já referida no âmbito da sua análise formal e funcional.

No que diz respeito à cerâmica fosca, a predominância dos elementos constituintes do granito, como desengordurantes nas pastas utilizadas, poderá indicar estarmos perante fabricos de âmbito regional, ou até mesmo local. Se, por um lado, no Período Medieval, foram identificados diversos paralelos formais noutras arqueossítios da região, como Castelo Novo e Penamacor, por outro, no Período Moderno, e embora os paralelos tenham sido maioritariamente identificados em núcleos urbanos onde estas temáticas são abordadas há já várias décadas, pelo menos a partir do século XVI, surgem as primeiras referências ao arrabalde dos oleiros na própria vila de Castelo Branco.

As várias peças esmaltadas provindas de centros oleiros castelhanos são um indicador do poder de compra das comunidades que residiam no castelo de Castelo Branco ou nas suas proximidades, mas acima de tudo um reflexo das trocas comerciais transfronteiriças. O mesmo se poderá dizer dos numismas cunhados nesse reino ibérico igualmente recuperadas na alcáçova albicastrense; embora a circulação destes fosse usual nas zonas de fronteira, visto que o seu valor era idêntico ao dos seus congéneres nacionais.

O conjunto numismático português é muito diversificado, abrangendo um vasto período cronológico que se prolonga desde do século XII ao XVI. Alguns desses exemplares foram encontrados em associação com as inumações existentes no adro de Santa Maria, sem que no entanto tenham sido registados exactamente quais. Alguns deles, devido à sua oxidação permitiram a conservação de restos de linho, que faria parte das vestes dos inumados ou até mesmo dos sudários utilizados nos enterramentos, como evidencia a presença de centenas de alfinetes. Neste caso em particular, trata-se de exemplares numismáticos que já não se encontrariam em circulação, designados por alguns autores por “dinheiros-velhos”, visto que a sua cronologia não coincide totalmente com a de outros materiais associados às inumações. Entre esses materiais destacam-se diversos elementos de vestuário, mas principalmente objectos de carácter religioso, como as cruzes e as medalhas.

Foram recuperados muitos outros objectos, que a par com todos os anteriormente referidos, são um reflexo das várias funcionalidades reunidas na alcáçova albicastrense — espaço habitacional, religioso, administrativo e militar.

A análise aqui apresentada é extremamente parcial por não se conhecerem os contextos precisos em que os materiais estariam integrados. No entanto, a informação obtida é uma mais-valia para o estudo deste espaço e até mesmo da própria cidade, visto que não existem quaisquer estudos arqueológicos publicados, mesmo que meramente sucintos, sobre a arqueologia dos mesmos para a Época Medieval e Moderna.

## Agradecimentos

À Professora Doutora Rosa Varela Gomes, orientadora da tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à FCSH-UNL, aqui parcialmente publicada.

À Dr.<sup>a</sup> Aida Rechenha e à Dr.<sup>a</sup> Solange Almeida, directoras dos dois museus onde se encontra em depósito o espólio analisado, o Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco, e o Museu do Canteiro, em Alcains.

Aos responsáveis pelos trabalhos arqueológicos que decorreram no castelo de Castelo Branco: Dr. João Ribeiro (1979–1984), Dr.<sup>a</sup> Sílvia Moreira e Dr. Pedro Salvado (2000).

Aos familiares, amigos, colegas e professores que me apoiaram ao longo de todo o processo.

## NOTAS

- \* Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Instituto de Arqueologia e Paleociências (IAP) das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve. Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- <sup>1</sup> Artigo baseado na conferência “Castelo de Castelo Branco - Escavações Arqueológicas de 1979/84 e 2000” proferida pelo signatário no Museu Francisco Tavares Proença Júnior, no âmbito das comemorações do centenário daquela instituição, no passado dia 23 de Outubro de 2010.
- <sup>2</sup> Cf. Processo n.º 263 - *Castelo de Castelo Branco* do Arquivo de Arqueologia do IGESPAR. São apenas referidos os trabalhos arqueológicos decorridos entre 1979/84 e em 2000, uma vez que o espólio estudado foi recolhido durante os mesmos. No entanto, recentemente (2008/2009), no âmbito do Programa POLIS, o castelo de Castelo Branco foi alvo de trabalhos arqueológicos preventivos a cargo da empresa Novarqueologia. O castelo foi intervenção em vários locais, tendo-se recolhido entre outros, grande quantidade de materiais do período medieval e moderno (situação observada no local em Julho de 2008 e de 2009). No processo não consta nenhuma informação sobre achados que se tenham verificado em data anterior aos trabalhos arqueológicos de 1979, nem sobre a construção de um depósito de água (1932/33) e de uma casa de banho subterrânea.
- <sup>3</sup> Cf. Carta datada de 7 de Junho de 1979 in Processo n.º 263 - *Castelo de Castelo Branco* do Arquivo de Arqueologia do IGESPAR.
- <sup>4</sup> *Idem*.
- <sup>5</sup> Cf. Despacho datado de 26/3/1985, após parecer datado de 1/3/1985 in Processo n.º 263 - *Castelo de Castelo Branco* do Arquivo de Arqueologia do IGESPAR.
- <sup>6</sup> Em 2008 foram apresentados publicamente os primeiros resultados dos trabalhos arqueológicos decorridos entre 1979/1984 na alcáçova albicastrense, no âmbito do *Congresso Internacional de Arqueologia - Cem Anos de Investigação Arqueológica no Interior Centro*, cujas actas foram publicadas recentemente (Ribeiro, 2010).
- <sup>7</sup> Ver “Povo da Beira” (9/5/2000 e 4/7/2000), “A Reconquista” (30/6/2000), “Notícias da Covilhã” (11/8/2000), “Jornal do Fundão (11/8/2000) e “Raia: Revista de Divulgação Cultural” (Set. 2000).
- <sup>8</sup> [Http://www.cm-montemorново.pt](http://www.cm-montemorново.pt)
- <sup>9</sup> [Http://www.cm-castelo-vidé.pt](http://www.cm-castelo-vidé.pt)
- <sup>10</sup> O Cónego Anacleto Pires Martins participou activamente nas primeiras campanhas de escavação no castelo de Castelo Branco, estando o seu estudo de medalhística e crucifixos incluído no relatório da 2.<sup>a</sup> campanha, sob o título “Objectos religiosos encontrados nas escavações no cemitério da antiga freguesia de Santa Maria do Castelo”.
- <sup>11</sup> [Http://www.cm-montemorново.pt](http://www.cm-montemorново.pt)
- <sup>12</sup> *Idem*.
- <sup>13</sup> Cf. Gomes, 2003.
- <sup>14</sup> Cf. Gomes & Trigueiros, 1995.
- <sup>15</sup> [Http://www.maravedis.net/castillaleon.html](http://www.maravedis.net/castillaleon.html)

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALARCÃO, Jorge de (2002) - *O domínio romano em Portugal*. 4.<sup>a</sup> ed. Mem Martins: Europa-América.
- ALARCÃO, Jorge de; IMPERIAL, Flávio (1996) - Sobre a localização dos Lancienses e Tapori. In *Miscellanea em homenagem ao Prof. Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri, pp. 39–44.
- ALMEIDA, João de (1945) - Monumentos do concelho de Castelo Branco. *Roteiro dos monumentos militares portugueses. Vol. I - Parte II*. Lisboa: Edição do autor, pp. 388–402.
- ALMEIDA, Solange (2005) - *Museu do Canteiro. Catálogo da Exposição Permanente*. Castelo Branco: Câmara Municipal.
- Amuletos. *Um Objecto, uma História, Mês a Mês: Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo* < <http://www.cm-montemorново.pt> >.

- ANTÓNIO, Jorge (2006) - Intervenção arqueológica no castelo de Alcobça. *Al-madan*. Almada. Série II. 14, pp. 23–32.
- ANTUNES, Miguel Telles (2011) - Castelo de Castelo Branco: notas numismáticas e arqueozoológicas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V. 1, pp. 727–738.
- BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia, eds. (2000) - *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português. Catálogo da Exposição no Museu Nacional de Arqueologia*. Palmela: Câmara Municipal.
- BOAVIDA, Carlos (2006) - *Castelo de Penamacor: estudo de espólio medieval e moderno: sector pelourinho/cemitério (2005)*. Trabalho realizado no âmbito da cadeira de Relatório Final; FCSH-UNL, Lisboa (policopiado).
- BOAVIDA, Carlos (2009) - *Castelo de Castelo Branco: contributo para o estudo de uma fortificação da raia beirã*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa (policopiado).
- BUGALHÃO, Jacinta (2004) - O núcleo de povoamento rural dos Sardos, Monforte. In *Arqueologia da rede de transporte de gás: 10 anos de investigação*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 109–150.
- CABRAL, João; CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d' (2009) - Sondagem arqueológica no Palácio dos Condes da Guarda: testemunhos do subsolo no final do século XX. In CARVALHO, António; SANTOS, Conceição, eds. - *A Casa dos Azulejos de Cascais - De Palácio dos Condes da Guarda a Paços do Concelho*. Cascais: Câmara Municipal, pp. 203–241.
- CAPÊLO, José Manuel (2007) - Castelo Branco, a cidade-capital templária em Portugal de 1215 a 1314. In FURTADO, Teresa Pinto, ed. - *As sedes templárias em Portugal. Codex Templi*. Lisboa: Zéfiro, pp. 159–220.
- CARDOSO, Guilherme (2007) - *A Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Cadaval*. Cadaval: Câmara Municipal.
- CARDOSO, Guilherme (2009) - Sondagens arqueológicas no Convento de Nossa Senhora das Neves (Serra do Montejunto, Cadaval). In *Actas do 1.º Encontro de Cultura e Património do Cadaval: conhecimento e valorização cultural no concelho do Cadaval*. Cadaval: Câmara Municipal, pp. 43–82.
- CARDOSO, Guilherme; LUNA, Isabel (2002) - Paços do Concelho de Torres Vedras. In *Catálogo da Exposição de Arqueologia no Distrito de Lisboa: Cadaval, Cascais e Torres Vedras*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 8–12.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1991) - Alguns tipos de cerâmica dos séculos XI a XVI encontrados em Cascais. In SILVA, Luís Alves da; MATEUS, Rui, eds. - *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental: actas do IV Congresso Internacional*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 575–585.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1999) - Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. Porto. 6, pp. 193–212.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (2002) - Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do Convento de Nossa Senhora da Piedade de Cascais. In BARROS, Luís; HENRIQUES, Fernando J. R., eds. - *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal, pp. 269–288.
- CARDOSO, João Luís (2008) - Resultados das escavações arqueológicas no claustro do antigo Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa) entre Julho e Dezembro de 2004. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:1, pp. 259–284.
- CARDOSO, José Ribeiro (1953) - *Castelo Branco e o seu alfoz: achegas para uma monografia regional*. Castelo Branco: Ed. do Autor.
- CASTELO BRANCO, Manuel (1961) - Alcaldes-mores de Castelo Branco. *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco. 1, pp. 1–8.
- Castelo de Castelo Branco - Processo n.º 263 do arquivo de Arqueologia Portuguesa - IGESPAR (não publicado).
- CONCEIÇÃO, Margarida (1994) - Igreja de São Miguel / Sé Catedral. *Inventário do Património Arquitectónico* (<http://www.monumentos.pt>).
- CRISTOVÃO, José (2004) - O Monte de São Martinho e as suas proximidades na Época Romana: cem anos de investigações arqueológicas (1903–2003). In FERREIRA, Ana Margarida, ed. - *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Lisboa: Instituto Português de Museus, pp. 80–85.
- CUSTÓDIO, Jorge (1992) - *A Real Fábrica de Vidros de Coima (1719–1747) e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII: aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos*. Instituto Português do Património Arquitectónico.
- DIAS, Jaime Lopes (1935) - *Pelourinhos e forcas do distrito de Castelo Branco*. Vila Nova de Famalicão: Minerva.
- DIAS, João José Alves (1998) - A população: realidades demográficas. In DIAS, João José Alves, ed. - *Portugal do Renascimento à crise dinástica*. Nova História de Portugal, vol. V, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques; Lisboa: Presença, pp. 11–52.
- DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura (2000) - Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:2, pp. 201–235.
- DUARTE, Rui Manuel dos Santos (1996) - *As marcas do passado no actual espaço urbano: a cidade de Castelo Branco sob uma perspectiva geográfica*. Tese de Mestrado em Geografia apresentada ao Instituto de Estudos Geográficos - Universidade de Coimbra.
- ETCHEVARNE, Carlos; SARDINHA, Olinda (2007) - A cerâmica vermelha fina do Convento de Sant'Anna (Lisboa) no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 25, pp. 345–372.
- FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, António Rafael (1997) - Intervenção arqueológica na Rua de Nenhures (área urbana de Palmela). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11–12, pp. 279–295.

- FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, António Rafael (1998) - Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela. In ABRAÇOS, Hélder Chilra; DIOGO, João Manuel, eds. - *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, pp. 211–256.
- FERNANDES, Isabel Cristina; SANTOS, Michelle Teixeira, eds. (2008) - *Palmela arqueológica: espaços, vivências, poderes - roteiro da exposição. Catálogo da exposição na Igreja de Santiago - Castelo de Palmela*. Palmela: Câmara Municipal.
- FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Jorge Juan (1981) - *Excavaciones medievales en Valeria (Cuenca)*. Cuenca: Diputación Provincial.
- FERREIRA, Fernando Eduardo Rodrigues (1983) - Escavação do ossário de São Vicente de Fora: seu relacionamento com a história de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. 4.ª série. 2, pp. 5–36.
- FERREIRA, Fernando Eduardo Rodrigues; NEVES, Maria da Conceição Machado (2005) - Intervenção arqueológica na Igreja do Convento do Carmo. In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela, eds. - *Construindo a memória: as colecções do museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 580–609.
- FERREIRA, Manuela Almeida (2004) - Espólio vítreo proveniente da estação arqueológica do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, pp. 541–583.
- FOLGADO, Deolinda; RAMALHO, Maria (2000) - A cerâmica comum fina de finais do século XVI–XVII: inovação ou tradição? In CUSTÓDIO, Jorge, ed. - *Casa do Brasil/Casa Pedro Álvares Cabral*. Santarém: Câmara Municipal, pp. 39–60.
- GARCIA, José Manuel (1979) - Epigrafia e romanização de Castelo Branco. *Conimbriga*. Coimbra. 18, pp. 149–167.
- GASPAR, Maria Alexandra; AMARO, Clementino (1997) - Cerâmicas dos séculos XIII–XV da cidade de Lisboa. In DEMIANS D'ARCHIMBAUD, Gabrielle, ed. - *Actes du VI<sup>e</sup> Congrès de L'AIECM 2: la céramique médiévale en Méditerranée*. Aix-en-Provence: Narration Éditions, pp. 337–345.
- GOMES, Alberto (2003) - *Moedas portuguesas e do território que e hoje Portugal: catálogo das moedas cunhadas para o continente e ilhas adjacentes, para os territórios do Ultramar e Grão-Mestres portugueses da Ordem de Malta*. 4.ª edição, Lisboa: Edição do Autor.
- GOMES, Alberto; TRIGUEIROS, António Miguel (1995) - *Moedas portuguesas na Época dos Descobrimentos, 1385–1580*. Lisboa: Edição dos Autores
- GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; PIMENTA, João; VALONGO, António; PINTO, Paula; MENDES, Henrique; RIBEIRO, Susana; GUERRA, Sandra (2001) - A cerâmica pintada da Época Medieval da Alcáçova do Castelo de São Jorge. In *Garb: sítios islâmicos do Sul peninsular*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português do Património Arquitectónico; Cáceres: Junta de Extremadura, Consejería de Cultura; Museo de Cáceres, pp. 119–163.
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1996) - Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves. *Xelb*. Silves. 3, pp. 143–206.
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1998) - Cerâmicas dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. In ABRAÇOS, Hélder Chilra e DIOGO, João Manuel, eds. - *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, pp. 315–348.
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (2007) - Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados preliminares. *Olisipo*. Lisboa. 2.ª série. 27, pp. 75–92.
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; CARDOSO, João Luís (1996) - Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV. *Xelb*. Silves. 3, pp. 33–78.
- GOMES, Rita Costa (2001) - *Castelos da Raia: Beira, vol. I*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2001) - *Palácio almóada da alcáçova de Silves*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Silves: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, Cristina; AMARO, Clementino (2002) - A atalaia de Belmonte na fronteira dos territórios da Ordem de Santiago. In FERNANDES, Isabel Cristina, ed. - *Actas do Simpósio Internacional sobre castelos: mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500)*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 477–484.
- GONÇALVES, João Gouveia Tello (1965) - Construção das muralhas de Castelo Branco e Nisa. *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco. 17:1, pp. 28–45.
- LEITÃO, Manuel (1994) - Vestígios romanos do concelho de Castelo Branco. *Trebaruna*. Castelo Branco. 3, pp. 23–40.
- LOPES, Gonçalo Adriano Simões Gonçalves (1998) - Cerâmicas dos séculos XVII–XVIII de Vialonga. *Ibn Maruan*. Marvão. 8, pp. 325–346.
- LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme (2006) - Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. In *Actas do III Seminário do Património da Região Oeste*. Cadaval: Câmara Municipal, pp. 99–112.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira (1996a) - O «Portugal» Islâmico. In COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, eds. - *Portugal em definição de fronteiras: do condado portucalense à crise do século XIV. Nova História de Portugal*, vol. III; dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, pp. 116–249.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira (1996b) - A circulação e a troca de produtos: vias de comunicação. In COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho, eds. - *Portugal em definição de fronteiras: do condado portucalense à crise do século XIV. Nova História de Portugal*, vol. III; dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, pp. 487–493.

- MARTINS, Anacleto Pires da Silva (1979a) - Febrite Arqueológica. *Reconquista*. Castelo Branco. n.º 1749, 2 de Março, p. 1.
- MARTINS, Anacleto Pires da Silva (1979b) - *Esboço histórico da cidade de Castelo Branco*. Castelo Branco: Câmara Municipal.
- MENDES, Henrique; PIMENTA, João; VALONGO, António (2002) - Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira n.º 21 - Centro Histórico de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:1, pp. 259–276.
- MOURÃO, Teresa da Paz Sanches de Miranda (2004) - *Entre murmúrios e orações: aspectos da vida quotidiana do Convento de Santa-Clara-a-Velha captados através do espólio funerário (séc. XVI e XVII)*. Tese de Mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra (policopiado).
- NOLEN, Jeannette U. Smit (2004) - *Roteiro: Museu de Arqueologia do Castelo de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.
- NOZES, Cristina; SILVA, Rodrigo Banha da; MIRANDA, Pedro (2007) - Beco do Espírito Santo, n.º 12–14 (Santo Estêvão, Alfama) - 2005/2006. In FERNANDES, Lúcia, ed. - *A Arqueologia de Lisboa: sessões no Museu da Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal <http://www.museudacidade.pt/> - Museu da Cidade:Arqueologia.
- NUNES, António Lopes Pires (2002) - *Castelo Branco, uma cidade histórica: Estrutura da urbe e as linhas do seu desenvolvimento*. Castelo Branco: Câmara Municipal.
- OLIVEIRA, Pedro A. Quintela d' (2003) - O Castelo. In AZEVEDO, Leonel, ed. - *O Programa Polis em Castelo Branco: álbum histórico*. Castelo Branco: Sociedade Polis Castelo Branco, pp. 15–67.
- OREY, Leonor d', ed. (1995) - Cinco séculos de joalheria: Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa: Instituto Português dos Museus; Philip Wilson Publishers Limited.
- OSÓRIO, Maria Isabel N. Pinto, ed. (1993) - Um lugar na cidade. In *Porto das mil idades: arqueologia na cidade*. Porto: Câmara Municipal, pp. 32–33.
- OSÓRIO, Marcos, ed. (2008) - *Museu do Sabugal: coleção arqueológica. Catálogo do Museu*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal, Pro-Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte.
- Pintadeiras de Pão. *Um Objecto, uma História, Mês a Mês: Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo* (<http://www.cm-montemornovo.pt>).
- PONTE, Maria Salete da (1986) - Nove fíbulas de Castelo Branco. *Trebaruna*. Castelo Branco. 2, pp. 29–38.
- PROENÇA, Francisco Tavares de (1903) - *Antiguidades I: Resultado das explorações feitas nos arredores de Castelo Branco em Setembro e Outubro de 1903*. Coimbra: Tipographia França Amado.
- PROENÇA, Francisco Tavares de (1910) - *Archeologia do Districto de Castello Branco: primeira contribuição para o seu estudo*. Leiria: Typographia Leiriense.
- RAMALHO, Maria Moreira Baptista de Magalhães (2002) - Religião e morte: A morte no quotidiano do Convento de São Francisco de Santarém. In ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; ALMEIDA, Maria José de, eds. - *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 185–196.
- RAMALHO, Maria Moreira Baptista de Magalhães; FOLGADO, Deolinda (2002) - Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de São Francisco de Lisboa. In *Actas do 3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal, pp. 247–268.
- REAL, Manuel Luís (1995) - Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente Peninsular. In *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, pp. 17–68.
- REAL, Manuel Luís; GOMES, Paulo Dórdio; TEIXEIRA, Ricardo Jorge; MELO, Rosário Figueiredo (1995) - Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante, Porto: elementos para uma sequência longa (séculos IV–XIX). In ABRAÇOS, Hélder Chilra; DIOGO, João Manuel, eds. - *Actas das 1.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal, pp. 171–186.
- Reyes de Castilla y León. *Maravedis.net: Monedas Españolas* (<http://www.maravedis.net/castillaleon.html>).
- RIBEIRO, João Henriques (1984) - Trabalhos de campo (1981): Castelo Branco. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 4, pp. 57–59.
- RIBEIRO, João Henriques (1985) - Trabalhos de campo (1982–1983): Castelo Branco. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 5, pp. 63–64.
- RIBEIRO, João Henriques (1986) - Cerâmica medieval nas escavações da zona do castelo de Castelo Branco (Portugal). In *Actas del Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental, Toledo (1981)*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes, pp. 277–281.
- RIBEIRO, João Henriques (2010) - Escavações no castelo de Castelo Branco: resultados. In OOSTERBEEK, Luiz, ed. - *Materiaes para o Estudo das Antiguidades Portuguesas* (Número Especial) *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia: cem anos de investigação arqueológica no Interior Centro*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença, pp. 299–307.
- RIBEIRO, João; AZEVEDO, Leonel (2001) - *Os jardins do Paço Episcopal de Castelo Branco*. Castelo Branco: Câmara Municipal.
- SABROSA, Armando (1994) - Cerâmicas quinhentistas do Palácio Pragana. *Al-madan*. Almada. 2.ª série. 3, pp. 38–44.
- SABROSA, Armando; ESPÍRITO SANTO, Paulo (1992) - Almada medieval e moderna: um projecto de investigação. *Al-madan*. Almada. 2.ª série. 1, pp. 5–12.
- SABROSA, Armando; SANTOS, Vítor Manuel (1993) - Cerâmica comum de silos medievais: Rua Henriques Nogueira (Almada). *Al-madan*. Almada. 2.ª série. 2, pp. 116–122.

- SALVADO, Pedro (2002) - Uma nova inscrição romana em Castelo Branco: nota de enquadramento. *Raia*. Castelo Branco. 1, pp. 58–59.
- SALVADO, Pedro Miguel; MOREIRA, Sílvia (2007) - Resultados das escavações arqueológicas de emergência no castelo de Castelo Branco (2000): notícia preliminar. *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco. Nova série. 6, pp. 211–217.
- SANTOS, Patrícia Augusto (2008) - Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:2, pp. 325–345.
- SILVA, Ana Raquel; DEUS, Manuela de (1999) - Cerâmicas modernas da Quinta do Conventinho. In *O Medieval e o Moderno em Loures: viagens pelo Património*. Catálogo da exposição no Museu Municipal de Loures. Loures: Câmara Municipal, pp. 41–46.
- SILVA, Pedro Rego da (1998a) - Memórias Paroquiais. *Raia*. Castelo Branco. 5, pp. 20–25.
- SILVA, Pedro Rego da (1998b) - Elementos para o estudo dos recreios dos bispos em Castelo Branco. *Raia*. Castelo Branco. 8, pp. 6–18.
- SILVÉRIO, Silvina; BARROS, Luís (2005) - *Arqueologia no castelo da Aldeia Histórica de Castelo Novo (2002–2004): resultados preliminares*. Castelo Novo: Câmara Municipal do Fundão.
- SILVÉRIO, Silvina; BARROS, Luís; TEIXEIRA, André (2004) - Escavações arqueológicas no Castelo de Penamacor/Cimo da Vila: resultados da primeira campanha (2003). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, pp. 473–540.
- SIMÕES, João Miguel dos Santos (1971) - *Azulejaria em Portugal no século XVII. Tomo I: tipologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SIMÕES, Maria Helena (1986) - Vidros romanos do Museu de Castelo Branco. *Conímbriga*. Coimbra. 25, pp. 143–152.
- TEICHNER, Félix (1998) - A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa). In ABRAÇOS, Hélder Chilra; DIOGO, João Manuel, eds. - *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, pp. 17–31.
- TRINDADE, Laura; DIOGO, António Dias (2001) - Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correiros em Lisboa: as sondagens n.ºs 2, 6, 7, 9 e 10. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:1, pp. 187–204.
- TRINDADE, Laura; DIOGO, António Dias (2003) - Cerâmicas de um silo da Alcáçova de Santarém. In ABRAÇOS, Hélder Chilra; DIOGO, João Manuel, eds. - *Actas das 3.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, pp. 145–150.
- VIANA, Abel (1961–1962) - Notas várias: circunstâncias habituais de exploração arqueológica em Portugal. *Arquivo de Beja*. Beja. 18–19, pp. 89–211.
- VIEGAS, Catarina; ARRUDA, Ana Margarida (1999) - Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, pp. 105–186.